

## A FNAT/INATEL e as bandas civis em Portugal: meio século de cooperação

Bruno César Pinto Madureira

*Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*

*Instituto de História Contemporânea – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da*

*Universidade Nova de Lisboa*

*Banda de Música da Força Aérea Portuguesa.*

### *Introdução*

Desde o segundo quartel do século XX que as bandas civis, também designadas filarmónicas, têm beneficiado de apoios e incentivos de diversa ordem facultados por diferentes organismos, entre os quais destacamos a FNAT / INATEL (Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho / Instituto Nacional para o Aproveitamento dos Tempos Livres).<sup>1</sup> O presente artigo tem precisamente como propósito estudar, interpretar e expor a ação deste organismo no âmbito do apoio às filarmónicas de Portugal até à década de 1980 e, consequentemente, preservar a memória em relação a este objeto de estudo. Fundamentalmente, pretendemos compreender e dar a conhecer o contributo da FNAT / INATEL na formação de maestros, instrumentistas e dirigentes, o apoio concedido para a promoção e divulgação do trabalho artístico das bandas, bem como o esforço dispendido na renovação do repertório musical daqueles agrupamentos e respetivos instrumentos musicais.<sup>2</sup>

O percurso metodológico contemplou a consulta bibliográfica, a recolha de artigos de imprensa e a investigação em acervos e arquivos. Da análise dos dados recolhidos constatamos um claro empenho por parte da FNAT / INATEL em apoiar as filarmónicas – mediante a atribuição de apoios financeiros e materiais, bem como a organização de iniciativas, eventos e atividades -

---

<sup>1</sup>Com a denominação atual Fundação INATEL, este organismo promove atividades de lazer e ocupação dos tempos livres nas áreas da cultura, desporto e turismo.

<sup>2</sup>Para compreender a situação do ensino musical na vizinha Espanha durante o franquismo e compreender pontos de encontro com a situação portuguesa vide Maria del Rosario Castañón Rodríguez, “La Educación musical en España durante el franquismo (1939-1975), Diss. doct. (Valladolid: Departamento de Filosofía, 2009).



que se tornou mais significativo nas décadas de 1970 e 1980, um período cujo Setor de Música foi liderado por Manuel da Silva Dionísio,<sup>3</sup> uma personalidade referencial na atividade deste organismo.

Essencialmente este artigo tem uma estrutura bipartida, cuja primeira parte diz respeito à génese e aos objetivos iniciais da FNAT, e onde são abordadas algumas ações de apoio às filarmónicas, particularmente, os dois concursos nacionais de bandas organizados. A segunda parte, mais ampla, abrange o período de transição para a designação INATEL e estende-se até finais da década de 1980. São abordadas iniciativas no âmbito da formação de regentes, instrumentistas e diretores de filarmónicas, a criação do Centro de Recuperação de Instrumentos Musicais (CRIM), as iniciativas de promoção e dinamização da atividade das filarmónicas, o plano unificado desenvolvido em conjunto com outros organismos e a promoção do repertório musical para banda.

### *Génese e objetivo da FNAT*

Após a instauração do Estado Novo (1933), em Portugal, foram criados diversos organismos ligados a este regime que, de uma forma ou de outra, tiveram ligações às filarmónicas, designadamente, a FNAT, a Legião Portuguesa (LP) e a Junta Central das Casas do Povo (JCCP). A primeira destas, criada em 13 de junho de 1935 no seguimento dos modelos dos fascismos italiano (*Opera Nazionale del Dopolavoro*) e alemão (*Kraft durch Freude*), teve como principal objetivo promover o “aproveitamento do tempo livre dos trabalhadores portugueses por forma a assegurar-lhes o maior desenvolvimento físico e a elevação do seu nível intelectual e moral”.<sup>4</sup> Mediante um plano totalizador, este organismo desde cedo pretendeu controlar as associações ao tentar disputar o seu espaço de atuação e a criticar severamente os grupos não filiados nas suas associações regionais, os quais considerava clandestinos. No entanto, refira-se que a influência da FNAT junto das bandas civis, nas suas pri-

---

<sup>3</sup>Considerada uma das personalidades mais relevantes na história das bandas de música em Portugal no século XX, Silva Dionísio chefiou a Banda Sinfónica da Guarda Nacional Republicana de 1960 a 1973 e liderou o Setor de Música do INATEL entre 1973 e 1987. Sobre Silva Dionísio ver Bruno Madureira, “Maestro Silva Dionísio: um olhar sobre a sua vida e obra,” *Eurídice: Revista da Banda Sinfónica do Exército* [Queluz: Exército Português] (2012): 38-43.

<sup>4</sup>Decreto-lei nº 25495, de 13 de junho de 1935, consultado em <http://www.legislacao.org/diario-primeira-serie/1935-06-13> [acedido em 05-05-2016].

meiras décadas de existência, não parece ter sido de relevância excecional, se tivermos em conta o baixo número de associadas e as poucas iniciativas organizadas.

As décadas de 1930 e 1940 foram marcadas pelos frequentes confrontos entre este organismo e a Federação Portuguesa das Coletividades de Cultura e Recreio<sup>5</sup> (FPCCR). A maior divergência entre ambos era o apertado controlo que a FNAT pretendia exercer sobre as coletividades e sobre a própria FPCCR, o qual não era aceite por esta, que defendia uma independência das coletividades face ao poder político. Segundo José Valente, a FNAT não punha em causa a existência das coletividades e da sua federação, antes preconizava um regime de apertado controle sobre esta estrutura.<sup>6</sup> De qualquer forma, independentemente de questões de natureza política e ideológica, até meados do século XX a FNAT levou avante iniciativas em prol das bandas civis, embora poucas. Na década de 1930, segundo Valente, no âmbito da primeira edição da Festa do Trabalho, na cidade de Braga, foram convidadas a participar dez bandas de música.<sup>7</sup> Em 1940, também a Banda de Música do Regimento de Infantaria I, dirigida por Armando Fernandes, participou numa outra iniciativa do regime – o Primeiro Festival de Ginástica Feminina,<sup>8</sup> seguramente convidada pela entidade organizadora – a FNAT. Porém, no âmbito da promoção da atividade das bandas de música a ação deste organismo parece ter-se ficado por estas duas iniciativas, isto porque, até à década de 1950, não temos conhecimento de quaisquer outras iniciativas.

O facto de os estatutos da FNAT, aprovados em 1950, obrigarem os seus associados a manterem um vínculo de exclusividade, contribuiu para que várias associações fossem impelidas a afastarem-se da FPCCR. Todavia, a evolução do contexto político português conduziu a uma aproximação progressiva entre a FPCCR e o poder vigente, pelo que não é estranha a eleição da

---

<sup>5</sup>Desde a sua criação, em 1924, este organismo teve várias denominações, ao longo da sua história, até à atual – Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto. A fim de evitar confusões, ao longo deste trabalho a mesma será designada somente por Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio (FPCCR). A opção por esta designação prende-se com o facto de ser a utilizada durante grande parte do período em estudo.

<sup>6</sup>José Valente, *Para a história dos tempos livres em Portugal: da FNAT à INAT'EL* (Lisboa: Edições Colibri / INATEL Fundação, 2010), 94.

<sup>7</sup>Valente, *Para a história dos tempos livres*, 58.

<sup>8</sup>Valente, *Para a história dos tempos livres*, 72.

FNAT, em 1959, sócia de mérito da FPCCR.<sup>9</sup> Dessa forma, a aproximação da FPCCR ao regime implicou que muitas das suas atividades passassem pela participação em iniciativas oficiais do governo, daí não ser surpreendente a colaboração frequente entre a FPCCR e a FNAT, incluindo nos concursos nacionais de bandas de música.

Pese embora os múltiplos problemas que afetaram a atividade e até mesmo a sobrevivência de muitas bandas civis, no decorrer do terceiro quartel do século XX, sobretudo nos seus derradeiros anos, foram levadas a cabo várias atividades no intuito de promover e estimular esses agrupamentos musicais, particularmente os seus membros. Neste período foram realizados concursos de filarmónicas, colóquios e congressos com temáticas relacionadas com as bandas civis, a fim de refletir, debater e procurar respostas e soluções para os seus problemas. Desta forma, podemos constatar que a partir da década de 1960 começou a haver uma certa inquietação com os problemas que assolavam as filarmónicas, manifestada também em diferentes periódicos, relatórios e correspondência de pessoas ligadas a organismos estatais.

Entre os concursos de bandas civis realizados no terceiro quartel do século XX, aqueles que alcançaram maior impacto e abrangência foram os dois certames nacionais organizados pela FNAT entre 1959 e 1971. No primeiro, (I Concurso Nacional de Bandas Cívicas), realizado entre os anos de 1959 e 1960, inscreveram-se noventa e oito bandas (com um total de 3165 músicos), apesar de vinte delas desistirem na primeira etapa. Entre as inscritas, dezanove fizeram-no na primeira categoria; trinta e uma, na segunda; e quarenta e oito, na terceira. Na primeira eliminatória, as atuações corresponderam a duas peças musicais: uma marcha à escolha dos concorrentes e uma das peças obrigatórias. Para a primeira categoria foi selecionada a *Rapsódia de Cantos Populares do Baixo Alentejo*, do compositor Sousa Morais; para a segunda, *Capricho Varino*, de Silva Marques; e para a terceira, *Rapsódia Ligeira*, de Armando Escôto. Na primeira eliminatória, o Centro Artístico do Pejão venceu a primeira categoria; a Sociedade Musical Vouzelense, a segunda; e a Amizade Visconde de Alcácer, a terceira.<sup>10</sup>

---

<sup>9</sup>Nuno Domingos, “FPCCR,” na *Enciclopédia da música em Portugal no século XX*, ed. Salwa Castelo-Branco (Lisboa: Círculo de Leitores, 2010), 468.

<sup>10</sup>Pedro de Freitas, *O primeiro concurso nacional de bandas civis, Madeira e Açores: Belezas de Portugal* (Barreiro: Edição do autor, 1965), 196ss.

Na segunda eliminatória, participaram sessenta bandas e as peças obrigatórias foram *Cavalaria Ligeira*, de Franz Suppé, *Rapsódia Portuguesa*, de Manuel de Figueiredo, e *Rapsódia Hilariana*, de Sousa Morais, para a primeira, segunda e terceira categoria, respetivamente. Além da peça obrigatória, as bandas interpretaram uma obra à sua escolha. A segunda eliminatória foi vencida novamente pelo Centro Artístico do Pejão, na primeira categoria; pela Sociedade Filarmónica de Pêro Pinheiro, na segunda; e pela Sociedade Filarmónica Visconde de Alcácer, na terceira.<sup>11</sup>

A final do concurso foi disputada, em Lisboa, entre as três primeiras classificadas de cada uma das três categorias apuradas na segunda eliminatória, ou seja, disputaram a final nove bandas. O júri da final foi constituído por Joaquim Silva Pereira, Marcos Romão, Duarte Pestana, Silva Dionísio, Humberto d'Ávila (FPCCR), Manuel Branco (FNAT) e Eduardo Loureiro (Emisora Nacional). Na avaliação das bandas cada um dos elementos do júri deveria ter em atenção os seguintes aspetos: execução; ritmo; afinação; equilíbrio e timbre. A cada um destes itens, seria dada uma pontuação entre um e nove pontos. Além de uma peça à escolha, as bandas da primeira categoria interpretaram a abertura solene *1812*, de Tchaikowsky; *Uvas do Douro*, de Duarte Pestana, para bandas da segunda categoria; e *Suite Portuguesa*, de Ruy Coelho, para bandas da terceira categoria. As bandas da primeira categoria interpretaram também uma obra à primeira vista. A terceira categoria foi vencida pela Banda Visconde de Alcácer, seguido da Unânime Praiense e da congénere de Vila do Conde. Na segunda categoria venceu a Banda da Quinta do Anjo, seguido das bandas de Pêro Pinheiro e Amizade de Aveiro. Na primeira categoria venceu o Centro Artístico do Pejão, a Banda de Revelhe de Fafe ficou em segundo lugar, e a Banda da CUF, do Barreiro, em terceiro.<sup>12</sup> Além dos prémios principais, a FNAT atribuiu prémios de mérito às bandas com melhor classificação que não passaram à final. Paralelamente ao concurso foi realizado em Lisboa um desfile das bandas finalistas, bem como diversos concertos musicais em jardins e praças da cidade, o que pode ser visto como um complemento à divulgação *bandística* proporcionada pelo concurso.

---

<sup>11</sup>Freitas, *O primeiro concurso*, 246ss.

<sup>12</sup>Freitas, *O primeiro concurso*, 261ss.

Entre os anos de 1968 e 1971 realizou-se o II Grande Concurso Nacional de Bandas de Música Cívica, o qual teve dois objetivos principais, designadamente, “estimular nas classes trabalhadoras o gosto por este género de atividade musical tão rico como elemento de cultura e recreio, e incentivar as próprias bandas filarmónicas”. Este evento estimulou também a aquisição de certos equipamentos, nomeadamente novos fardamentos, para uma melhor apresentação visual. As bandas concorrentes foram agrupadas em três séries, consoante a respetiva zona geográfica: Série A: Açores e Madeira (com provas realizadas em 1968); Série B: zona sul do continente (1969); e Série C: zona norte do continente (1970). Realizou-se ainda uma série D, correspondente à final, que se disputou em 1971, em Lisboa.<sup>13</sup> O júri de classificação foi presidido pelo Cônego José Augusto Alegria e secretariado por Pedro de Freitas. Os restantes membros foram os maestros Armando Escôto, Silva Dionísio, José Pinto Rodrigues, Marcos Romão Júnior, Homero Apolinário e Duarte Pestana.<sup>14</sup>

As bandas foram agrupadas em três categorias, consoante o número mínimo de executantes (33, 27 ou 19 músicos) e em todas as séries realizaram-se duas eliminatórias. Na primeira categoria, apenas as primeiras quatro bandas classificadas transitaram para a segunda eliminatória. Na segunda e terceira categoria, transitaram para a segunda eliminatória as seis bandas melhor classificadas, em cada uma das categorias. Nas primeiras duas eliminatórias, parte do repertório interpretado era de livre escolha das bandas participantes e o restante era composto por obras de carácter obrigatório, consoante a categoria a que concorriam as bandas, nomeadamente, *Arco-íris* e *Breve fantasia*, ambas de Duarte Pestana, *Rapsódia Popular*, de Filipe da Silva ou *Homenagem a Braga*, de Sousa Morais. Para a final foi estipulado o seguinte repertório musical: Uma marcha selecionada pela FNAT e *Rapsódia Hilariana*, de Sousa Morais, para as bandas da terceira categoria; *Cartaya em Festa*, de Pedro de Freitas, e *Rapsódia Popular*, de Filipe da Silva, para as bandas da segunda categoria; *Arco-íris* e *Angola é Nossa*, ambas de Duarte Pestana, para as bandas da primeira categoria.<sup>15</sup> A Banda de Música da Trofa e a Banda de

---

<sup>13</sup>II Grande Concurso Nacional de Bandas de Música Cívica (1968-1971) – Regulamento (Lisboa: FNAT, 1968), 5.

<sup>14</sup>Valente, *Para a história dos tempos livres*, 200.

<sup>15</sup>II Grande Concurso Nacional de Bandas, 6ss. Para representar a viabilização deste concurso, o compositor Pedro de Freitas compôs a marcha *O Concurso*, que foi de interpretação

Revelhe (Fafe) foram as duas bandas vencedoras *ex-aequo* na primeira categoria. Paralelamente ao concurso, tal como na primeira edição, foram organizados concertos populares em diversos jardins lisboetas, bem como um desfile no centro de Lisboa.

A constatação das obras musicais interpretadas em ambos os concursos, nomeadamente as de carácter obrigatório, permite-nos tirar algumas conclusões relativamente à tipologia de reportório habitualmente interpretado por estes agrupamentos musicais. Consistia fundamentalmente em transcrições de obras orquestrais (aberturas, poemas sinfónicos e seleções de ópera ou zarzuela), bem como marchas, fantasias e rapsódias. As peças de carácter dançante (valsas, polcas, etc.), embora não estejam incluídas nas peças obrigatórias, certamente integraram o reportório opcional de algumas bandas, face à popularidade destes géneros na época. O destaque dado ao reportório de autores portugueses é merecedor de relevo. Na primeira edição do concurso, somente uma das nove peças impostas pela organização, não foi de um autor português. Na segunda edição do concurso a predileção pela música portuguesa, por parte da organização, foi total: as nove peças obrigatórias eram de compositores lusos. Sousa Morais e Duarte Pestana foram os compositores mais interpretados. Em termos de promoção e divulgação da atividade artística das bandas civis, nomeadamente do reportório musical, além da obrigatoriedade de interpretação de reportório de autores portugueses nos concursos que organizou, sabemos que a FNAT disponibilizou gratuitamente algum reportório de compositores lusos às filarmónicas que o solicitassem. Todavia, somente com o regime democrático foram tomadas medidas mais consistentes para a renovação do reportório das bandas, tais como, concursos de composição ou encomendas a compositores.

Ainda no âmbito da promoção da atividade *bandística*, a partir do ano de 1964 a FNAT fomentou a iniciativa Concertos Dominicais, inicialmente apenas com a participação da Banda Sinfónica da Guarda Nacional Republicana (BSGNR) e, posteriormente, a partir dos anos de 1970, com as restantes bandas profissionais. Os concertos, realizados no Teatro da Trindade – proprieda-

---

obrigatória para as bandas da 3ª categoria. Segundo Susana Barrote, este compositor foi o grande responsável pela iniciativa, desenvolvimento e consolidação das ideias dos concursos nacionais para bandas filarmónicas. Cf. Susana de Brito Barrote, “Pedro de Freitas: a vida e a obra de um escritor e musicógrafo nacionalista”, PhD Diss. (Universidade de Salamanca, 2010), 347ss.

de do INATEL, decorriam nas manhãs de domingo, entre os meses de dezembro e maio, sendo que cada banda efetuava um, dois ou três concertos por ano. Esta iniciativa de promoção e divulgação artística, terminada em definitivo no ano de 2001, era amplamente motivadora para as bandas envolvidas – as quais se empenhavam especialmente em realizar um bom concerto – e contava com a presença assídua de inúmeras personalidades da vida musical lisboeta, como Francine Bênoit, Silva Dionísio ou Joly Braga Santos.

Por volta de 1982 diversas bandas civis foram incluídas nesta iniciativa, anteriormente reservada às congêneres militares e militarizadas. Segundo Tomaz Ribas, entre os anos de 1981 e 1989 o Teatro da Trindade teve uma atividade particularmente diversificada, isto porque, uma parte significativa dos espetáculos foi iniciativa de outras entidades a quem o INATEL cedeu esse espaço. Realizaram-se, entre muitos outros espetáculos, 102 concertos por vinte bandas militares e civis e ainda um concerto de banda e coro.<sup>16</sup> Um número tão elevado de concertos de bandas sugere-nos que a atuação desses agrupamentos não se limitou à iniciativa Concertos Dominicais, sendo plausível a atuação de bandas no Teatro da Trindade noutros eventos performativos, nomeadamente naqueles organizados por outras entidades.

Noutro âmbito, a partir do ano de 1972, a FNAT estimulou anualmente o Curso de Aperfeiçoamento de Regentes Amadores de Bandas Civis, onde algumas centenas de regentes amadores, durante cerca de um mês, colheram ensinamentos – teóricos e práticos – que seguramente se refletiram, posteriormente, nos agrupamentos musicais que dirigiam. Ao longo das várias edições deste curso, com a coordenação de Manuel da Silva Dionísio, os alunos eram igualmente estimulados a compor música para banda. Os cursos de regência eram lecionados por Silva Dionísio e por outros maestros profissionais indicados ou sugeridos por este maestro, tais como, Matos Simões, Ferreira da Silva, Homero Apolinário ou Dimas Barrocoso. Paralelamente, em dezembro de 1973, o Setor Cultural da FNAT elaborou um programa assis-tencial “de grande envergadura” (música, teatro e artes plásticas) para a realização de cursos de iniciação artística nas Casas do Povo, Centros de Alegria no Trabalho e Centros Recreativos Populares. Porém, apesar da concordância do Diretor, o mesmo não avançou.<sup>17</sup>

---

<sup>16</sup>Tomaz Ribas, *O Teatro da Trindade – 125 anos de vida* (Porto: Lello & Irmão Editores, 1993), 79-80.



Finalmente, no terceiro quartel do século XX foram elaboradas diversas obras, de caráter técnico, relacionadas com bandas de música. Neste âmbito merece destaque uma obra editada em 1972 pela FNAT/INATEL e de autoria de Manuel da Silva Dionísio – *Manual de Música* – destinada a servir de guia técnico nos Cursos de Aperfeiçoamento de Regentes Amadores de Bandas de Música Cívica. Esta obra está dividida em 3 partes: a primeira é dedicada à teoria geral da música; na segunda parte, o autor aborda questões ligadas à instrumentação, à direção de banda e à interpretação; finalmente, a terceira parte, é dedicada ao estudo da harmonia e das suas regras fundamentais. Este livro foi um sucessor de *Téoria Geral da Música, Instrumentação e Harmonia: Curso de Aperfeiçoamento para Regentes de Bandas Cívicas*, do mesmo autor e editado em 1962 pela Fundação Calouste Gulbenkian, uma vez que os conteúdos são basicamente os mesmos.

#### *Da FNAT ao INATEL*

Pese embora a persistência de alguns problemas, após a revolução democrática de 25 de abril de 1974 uma conjugação de fatores contribuiu para a revitalização da música amadora em Portugal e das filarmónicas em particular. Nesse âmbito destacamos a maior disponibilidade de recursos humanos a fim de integrar as bandas cívicas, a progressiva melhoria da situação financeira e consequente capacidade para renovação de instrumentos musicais e instalações e a melhor preparação musical dos regentes e instrumentistas. Todavia, esse florescimento *bandístico* apenas foi possível com a ação de diversas personalidades suportadas por instituições públicas ou privadas, entre as quais destacamos a Secretaria de Estado da Cultura (SEC),<sup>17</sup> a FCG, a FPC-CR, o Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis (FAOJ), a Associação Portuguesa de Educação Musical (APEM) e, destacadamente, o INATEL.

O período mediado entre a revolução democrática e o ano de 1979 ficou marcado por uma série de indefinições neste último organismo, em paralelo com um certo desfasamento temporal em relação ao regime democrático.

---

<sup>17</sup>Fundo Documental da Banda Sinfónica da GNR, Espólio Silva Dionísio, Envelope CEI, Silva Dionísio, “Carta a um Tenente-Coronel”, Lisboa, II-06-1974.

<sup>18</sup>No âmbito das siglas SEC incluímos também outras denominações para o organismo estatal responsável pela tutela da Cultura, alteradas em função da orgânica dos sucessivos governos, nomeadamente, a Secretaria de Estado de Informação e Turismo, a Secretaria de Estado da Comunicação Social ou a Direção-geral de Ação Cultural (DGAC).

Por exemplo, a denominação INATEL só sucedeu à anterior FNAT um ano após a revolução de abril e os novos estatutos foram aprovados somente em finais de 1979. Não obstante, logo em outubro de 1974 a Direção da FNAT foi substituída por uma Comissão Administrativa, a que se juntou uma Comissão de Reestruturação três meses depois e ainda uma Comissão de Trabalhadores. Estas indefinições não parecem ter afetado especialmente a ação do organismo, pelo menos no âmbito cultural, pois foi na década de 1970 que se multiplicaram as iniciativas e projetos de apoio aos grupos musicais amadores, em especial às filarmónicas.

À exceção dos dois concursos nacionais de bandas civis organizados entre 1959 e 1971, até à década de setenta a FNAT / INATEL teve uma ação relativamente discreta ao nível do apoio material e promoção da atividade das bandas civis. A partir desse decénio, o papel deste organismo tornou-se preponderante nesse âmbito, particularmente, no período cujo Setor de Música foi chefiado pelo maestro Silva Dionísio – de 1973 até 1987.<sup>19</sup> Através de Silva Dionísio, a FNAT / INATEL elaborou planos anuais de apoio às bandas, nomeadamente ao nível da distribuição de instrumentos e reportório musical, bem como de subsídios que atingiram vários milhões de escudos. Como referiu Neves Dias, em 1984, “no panorama musical em geral, no que respeita a incentivos para a valorização das filarmónicas e renovação dos reportórios, refira-se a atividade do INATEL (...)”.<sup>20</sup> Igualmente, Nuno Domingos considera que, no início dos anos de 1970, a FNAT reorganizou a ação que vinha há algum tempo exercendo em torno da atividade das filarmónicas, dos coros, das tunas e de outros agrupamentos musicais. Este autor confirma que o ingresso de Silva Dionísio no Setor Musical da instituição, em 1973, deu um novo impulso a essas realizações.<sup>21</sup>

Além dos cursos de formação para regentes de banda já mencionados, o INATEL organizou Cursos de Férias para Jovens Músicos, paralelamente a outras atividades de formação, incluindo para diretores de bandas, organi-

---

<sup>19</sup>Silva Dionísio substituiu o musicógrafo Pedro de Freitas, o qual foi nomeado orientador musical da FNAT em 1959, mas somente em 1963 ingressou nos quadros deste organismo.

<sup>20</sup>Neves Dias, “No curso de regentes do INATEL: bandas e filarmónicas lutam pela sobrevivência,” *Diário de Notícias*, 12 de Dezembro, 1984, 22.

<sup>21</sup>Nuno Domingos, “INATEL,” em *Enciclopédia da música em Portugal no século XX*, ed. Salwa Castelo-Branco, (Lisboa: Círculo de Leitores, 2010), 631.